

## Geral

## SAÚDE

## HC apura suspeita de imperícia

Antes de morrer, irmã de Sarney foi operada três vezes por Henrique Walter Pinotti

Eduardo Passos/AE—11/10/90

O Hospital das Clínicas abriu sindicância para apurar as circunstâncias da morte da irmã do ex-presidente José Sarney, Lucy Mary Costa Soares, 55 anos. Ela morreu dia 14, 23 dias depois de ter a vesícula extraída pelo professor Henrique Walter Pinotti, o mesmo que realizou seis cirurgias no ex-presidente Tancredino Neves, em 1985. A sindicância, pedida pelo próprio Pinotti, será dirigida pelo professor Aníbal Manisadjan e tem por objetivo esclarecer se houve imperícia, como supõem os familiares da vítima. A hipótese de imperícia foi divulgada em reportagem publicada na edição desta semana da revista *Veja*.

A operação foi feita por laparoscopia, técnica que evita o longo corte tradicional e reduz de 10 para um dia o período de internação, mas exige muita perícia do cirurgião. O método, adotado no Brasil há cerca de um ano, inclui pequena incisão no umbigo, por onde é injetado o gás dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para inflar o abdome. Outra incisão é feita para permitir a passagem da lente de uma minicâmera de vídeo.

Os médicos acompanharam pelo monitor o que se passa dentro do corpo do paciente e abrem pequenos cortes laterais de dois centímetros para poder manipular os instrumentos — uma minicâmera, pinça e uma tesoura, cujos cabos

são colocados dentro de cateteres muito longos. Segundo especialistas, os cabos dos instrumentos podem fazer o papel de alavanca, ampliando os movimentos, o que aumenta a chance de erro no corte.

**Hematomas** — A remoção da vesícula é considerada uma cirurgia simples, mesmo quando feita por meio de laparoscopia. No caso da irmã do ex-presidente, porém, algo deu errado. Ela se queixou de dores e ficou seis dias no hospital, para onde acabou voltando pouco depois de receber alta.

Um exame de ultra-som indicou anomalias no fígado, que levaram a uma nova operação, pelo sistema tradicional, quando se comprovou a existência de hematomas. Pinotti chamou então o cirurgião Marcel Cerqueira César Machado, o mesmo a quem pediu ajuda quando atendia a Tancredino Neves, mas quando a situação da paciente piorou a família optou por outro médico, que assumiu o caso pouco antes da morte de Lucy, por falência de vários órgãos.

Ontem, Pinotti recusou-se a falar aos jornalistas, mas entregou a fita em que foi gravada a operação ao superintendente do HC, Vicente Amato Neto. Ele disse a colegas que o problema foi uma ruptura na parte ventral do fígado, o que, no seu entender, torna claro não ter havido imperícia.



**Investigação médica**  
Professor Henrique Walter Pinotti: fita gravada pode esclarecer o que aconteceu durante cirurgia

## HOSPITAIS



## Longa espera

Pronto-socorro do HC: faltavam materiais básicos, para o atendimento, como algodão e seringas

## CÓLERA

## Estatísticas geram polêmica na Saúde

BRASÍLIA — Epidemiologistas da Fundação Nacional de Saúde (FNS) afirmam que existe uma epidemia de cólera no País, com cerca de 6 mil casos e 54 óbitos não registrados pelas estatísticas do governo. O presidente da Comissão Nacional de Prevenção da Cólera, Balduar Schubert, não admite a epidemia, e aponta 800 casos com 24 mortes.

Schubert divulgou ontem a confirmação de 161 novos casos e mais dois óbitos, totalizando 852 casos e 20 mortes no Brasil. Ele foi empossado ontem pelo ministro Alencar Guerra como o novo presidente da FNS.

**Polêmica** — De acordo com os epidemiologistas, a diferença é causada pelos métodos estatísticos utilizados pela comissão. Segundo eles, o método utilizado pela equipe de Schubert contabiliza somente os casos confirmados em laboratório, enquanto a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) determinaria que "todos os casos suspeitos da doença, em local sem saneamento básico, devem ser registrados como cólera".

Para o novo presidente da FNS, no entanto, não se pode fazer qualquer estimativa com base apenas nos sintomas da doença. "Tenho 150 mil casos de diarreia por dia e não podemos utilizar esse referencial para apontar os suspeitos", explicou.

**Confirmação** — O presidente da comissão explicou que todos os casos registrados oficialmente são agora foram confirmados clinicamente, epidemiologicamente.



**Apoio oficial**  
Alencar e Schubert: o ministro abraça o novo presidente da Fundação Nacional de Saúde

cia e laboratorialmente. Este critério triplice de avaliação da doença, garante Schubert, seria o recomendado pela Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para alguns países das Américas, inclusive o Brasil.

"O número de casos no País é muito pequeno, se considerarmos que para cada caso registrado aqui temos 100 na Amazônia peruana, ao nosso lado", argumenta o médico Schubert.

Um dos fatores que levaram os técnicos da FNS a descon-

fiar das estatísticas é a utilização indiscriminada de antibióticos.

**Suspeita** — O diretor do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepe), José de Nivaldo Chaves, suspeita que o uso de antibióticos como a tetraciclina, fornecido aos pacientes com suspeita de cólera, mascararam o resultado de laboratório. Schubert também nega essa versão.

Depois de percorrer o Alto e Médio Rio Solimões, no Amazonas, Chaves observou que o emprego do antibiótico seria

usual em pacientes com cólera. Ele diz que os casos tratados dessa forma não constam das estatísticas do ministério.

Um documento assinado por Chequer e enviado a Balduar Schubert, no dia 17, propõe a adoção da definição de "caso confirmado de cólera" para as áreas onde a presença do *Vibrio Cholerae* já foi constatada.

Schubert teria desconsiderado a proposta. Antes do dia 17, em duas ocasiões a existência de cólera no Brasil foi declarada pelo Ministério da Saúde, Isabel Stefanou — afastada do cargo em consequência de escândalo sobre o superfaturamento de bicicletas —, procurou Balduar Schubert com a mesma sugestão apresentada por Chequer. O presidente da comissão recusou a proposta.

No mês de novembro, em reunião no Ministério da Saúde, o coordenador do Grupo Tarefa Para Controle da Cólera da Opas, Marlon Lidel, condenou os métodos de Balduar Schubert.

No entanto, técnicos disseram que as informações remetidas a Schubert pela Opas e pela fundação, tratando a incidência de cólera no Brasil como "epidemia" são substituídas pela palavra "doença". Nos relatórios que Schubert enviava ao Ministério da Saúde, Alencar Guerra.

Dos 30 casos de morte, não registrados pelo ministério como consequência da cólera, todos ocorreram no Estado do Amazonas. As 30 vítimas tinham um familiar ou vizinho com cólera, antes de contrair a doença.

## CULTURA

## Collor sanciona com vetos a Lei Rouanet

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor sancionou ontem com quatro vetos a Lei Rouanet, que prevê incentivos fiscais para a cultura. Durante solenidade no Palácio do Planalto foi assinado ainda decreto fixando em Cr\$ 48 bilhões a renúncia fiscal que o governo fará em 1992 em favor da área cultural. Esse dinheiro será reajustado mensalmente pela Unidade Fiscal de Referência (UFR, cujo valor será definido pelo governo em janeiro). "Ter cultura é ter a garantia da liberdade", afirmou Collor.

Foram vetados o parágrafo que permitia ao governo financiar em até 100% projetos culturais (a lei aprovada prevê 80%); eleger o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura como organismo competente para decidir sobre o assunto e o artigo determinando que as doações poderiam ser deduzidas de 10 durante os três anos do exercício fiscal posterior à doação; e o parágrafo que permitia a complementação de 20% do custo das produções.

**Regulamentação** — Os interesses do incentivo fiscal podem enviar os projetos, com o cronograma de atividades e a previsão de orçamento, para a Secretaria de Cultura. Os recursos só serão liberados depois da regulamentação da lei, o que pode levar até 90 dias, conforme estima o secretário de Cultura, Sérgio Rouanet.

Para receber o incentivo, o produtor cultural precisa ter o seu projeto aprovado pela Comissão Nacional de Apoio à Cultura, cujos 14 integrantes incluem seis representantes do governo, um do Fórum de Secretários de Cultura, um do empresariado e seis das associações artísticas.

**Comissão** — A comissão é a diferença básica entre a Lei Rouanet e a Lei Sarney, que serviu de inspiração para o secretário elaborar a nova versão de incentivo à cultura. O secretário lembrou que na época da Lei Sarney bastava inscrever o projeto para receber o incentivo. Agora, os projetos só serão aprovados depois de avaliados pela comissão. "Os critérios políticos são inadmissíveis".

Para o secretário, a lei é "generosa, antipaternalista e antiautoritária". Segundo Rouanet, só o mecanismo de mecenas privado envolve Cr\$ 48 bilhões e o Fundo Nacional de Cultura, que contará com uma contribuição das loterias federais, começará funcionando com cerca de Cr\$ 400 milhões. A legislação é antipaternalista porque a produção de cultura cabe aos artistas e intelectuais, e não ao Estado", afirmou o secretário. Ele ainda considera a lei antiautoritária porque dá a integrantes da comissão de avaliação, apenas seis não representantes do governo.

## UNIVERSIDADE

## Governo decide financiar contratação de cientistas

O governo do Estado vai financiar a contratação de pelo menos 40 pesquisadores estrangeiros pelas universidades estaduais paulistas, em 1992. A informação foi dada pelo economista Luiz Gonzaga Belluzzo, assessor especial para assuntos internacionais do governador.

A USP negociou nos últimos meses com o governo estadual a contratação de pesquisadores de outros países, principalmente soviéticos. Pelo projeto, o Estado arcaria com os salários desses cientistas por dois anos e depois a USP assumiria a contratação.

Se for mantido o orçamento do projeto inicial, os gastos serão da ordem de US\$ 250 mil (cerca de Cr\$ 370 milhões). Por determinação do governador Luiz Antonio Fleury Filho, depois que o Instituto de Fis-

ica da USP convidou o primeiro pesquisador soviético, o programa foi apressado.

**Prioridade** — O projeto incluirá também a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. O governo pediu às universidades que priorizassem as contratações, para que aconteçam por etapas.

De acordo com o professor José Antônio de Freitas Pacheco, coordenador da comissão que cuida do projeto, a USP, pelo menos 11 flocos com a universidade. "Ainda é pouco", promete Fleury. As universidades iniciaram entendimentos para que cientistas descendentes de judeus que migraram para Israel também possam vir. Em Israel, o afluxo de intelectuais do Leste Europeu fez com parte deles permanecessem subempregados.

## FUVEST

## Estudantes vão à Justiça para disputar a 2ª fase

A Associação Intermunicipal de Pais e Alunos (AIP) entrou com um mandado de segurança coletivo contra a Fuvest para tentar garantir a presença de cerca de 250 estudantes nos exames de 2ª fase, que começam dia 5. Os vestibulandos não foram aprovados na 1ª fase e se dizem prejudicados pela decisão da Fuvest de não anular duas questões (a 16, de Matemática e a 68, de História), cujos enunciados foram contestados pelos cursos pré-vestibulares Anglo e Objetivo.

De acordo com o advogado Mauro Bueno, da AIP, a decisão sobre a concessão de liminar poderá ser anunciada pela Justiça na quinta-feira. Se for concedida, os estudantes poderão prestar vestibular mesmo que não tenham sido aprovados na primeira fase. Caso sejam aprovados, poderão fazer a matrícula enquanto esperam a decisão final da Justiça.

**Respostas certas** — Os professores de cursos pré-vestibulares que contestaram as questões da Fuvest argumentam que os enunciados eram duvidosos. Os coordenadores do Anglo e do Objetivo reconheceram, no entanto, que não tinham certeza de que as respostas eram certas. A versão defendida pelo advogado Bueno é diferente: "Não tenho a menor dúvida de que eles foram prejudicados".

Do diretor da Fuvest, José Maria Pacheco de Souza, disse que a entidade encara o processo com tranquilidade. "Man-

dado é mandado, não se discute, se recorre", afirmou.

**Precedentes** — O advogado da AIP acredita que outros estudantes entrarão com ações do mesmo tipo. A assessoria da Fuvest garantiu que os vestibulandos que foram aprovados para a segunda fase não correm o risco de ser excluídos com a inclusão dos reclamantes.

Segundo a assessoria, a Fuvest nunca perdeu ações impetradas por estudantes. Nos exames de 1989, 276 alunos entraram com recurso contra a instituição, contestando sete questões. Desse total, 15 foram aprovados na segunda fase e sete alunos continuaram a disputa na Justiça. Se perderem, terão de deixar as escolas nas quais estão matriculados, independentemente da série que estejam cursando. Os outros alunos perderam em todas as instâncias da Justiça.

**Telefone** — A Fuvest colocou à disposição dos candidatos um telefone para informar se eles foram aprovados para a segunda fase e em que lugares prestariam os exames. Os vestibulandos interessados devem ligar para 011-2113133, das 9 horas às 17 horas.

Terminaram ontem as provas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. De acordo com o coordenador do vestibular, Fausto Domingues, uma questão de conhecimentos gerais foi contestada. A banca examinadora decidirá depois do Natal se a pergunta deve ser anulada.